

NAJAC: ASSISTÊNCIA JURÍDICA E INCLUSÃO SOCIAL

Fábio Bezerra dos Santos¹, Marina Josino da Silva Souza², Renata Sousa Manguiera³,
Daniel Lima⁴, Hildebrando Ferreira Filho⁵

O NAJAC (Núcleo de Assistência Jurídica às Associações Civas), em parceria com o Departamento de Direito Processual e Prática Jurídica da UFPB, Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública da Paraíba, é um projeto de extensão que envolve alunos da UFPB e outras Instituições de ensino superior parceiras, que visa integrá-los à problemática do acesso à justiça aos necessitados, destinando especial enfoque à temática do desenvolvimento e sustentabilidade propiciados pelo associativismo, promoção e defesa dos direitos humanos difusos e coletivos. O projeto é executado em oito meses, com 40 horas por semana, sendo formado por 30 alunos extensionistas que trabalham no regime de plantões alternados, dois turnos diários, de segunda a quinta-feira, realizados no Fórum Regional de Mangabeira. Os alunos extensionistas, espelhando-se na previsão constitucional de assistência jurídica gratuita, prestam auxílio aos necessitados individualmente considerados realizando o aconselhamento jurídico preventivo e acompanhamento judicial, valorizando a composição extrajudicial dos conflitos, inclusive, nos termos instituídos pela Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96). Essa atuação propicia, além do cumprimento de uma função social, o contato com a prática jurídica, desenvolvendo as habilidades de como lidar com o público e como por em prática as técnicas e conhecimentos adquiridos no curso de Direito e expandir, no meio acadêmico, o conhecimento em torno da tutela jurisdicional dos direitos humanos em sua dimensão jurisdicional transindividual, formando bacharéis mais humanos e compreensivos quanto às dificuldades que os mais necessitados sofrem para ter acesso aos meios jurídicos, e todos os prejuízos, tanto no âmbito material como psicológico, que tais dificuldades lhe causam. Os alunos extensionistas orientam, mediam e resolvem conflitos jurídicos, peticionando junto à Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Com uma média de 50 atendimentos semanais, divididos entre aconselhamento jurídico, acompanhamento processual, conciliação extrajudicial e efetivo ingresso de ação judicial, o projeto de extensão cumpre com seus objetivos e se mostra cada vez mais apto a se desenvolver e expandir para outros Fóruns da Capital, demonstrando o papel relevante do uso do Direito como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: cidadania, direito, extensão

¹ Direito, Professor Coordenador , fabiodv83@hotmail.com

² Direito, Professora Colaboradora, maradv83@hotmail.com

³ Direito, discente voluntária, manguiera.renata@gmail.com

⁴ Direito, discente voluntário, daniel.lima.advogado@gmail.com

⁵ Direito, discente voluntário, hildebrando@msn.com